O NOVO CARF: O QUE ESPERAR DAS DECISÕES APÓS AS MUDANÇAS

Frederico Paiva

OPERAÇÃO ZELOTES E O CARF

- Uma investigação ainda não concluída
- A babel midiática
 - Empresas que foram citadas que não são investigadas
 - Presumidas ilicitudes e a “anulação” de créditos tributários
- Fatos preocupantes associados à Operação Zelotes
 - A proposta de extinção do CARF
 - A pressão sobre os julgadores

70 PROCESSOS SOB SUSPEITA

- A investigação teve início em abril de 2014
- Surgiu a partir de uma denúncia “anônima”
- Corrupção existia há pelo menos 10 (dez) anos
- Informações oriundas de um ex-Conselheiro que participava do esquema criminoso
- Quebra de sigilo bancário, telemático e monitoramento telefônico
- Monitoramento telefônico suspenso durante a negociação de atos de corrupção
- Deflagração prematura da Operação Zelotes

AÇÃO COORDENADA ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, POLÍCIA FEDERAL E CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

- Demora no envio de dados pelas instituições bancárias
- Pendência de conclusão da perícia sobre os computadores e outras mídias digitais apreendidas durante as buscas e apreensões
- Uso de várias pessoas jurídicas interpostas para receber os valores da propina
- Inúmeras transações foram realizadas em “cash”
- Sofisticação do esquema criminoso (uso de “off shores”, alternância de intermediários, inexistência de contato direto entre empresa e os Conselheiros

PROPOSTAS E FATOS RELACIONADOS COM A CRISE DO CARF

- Ministério Público Federal (Ofício GAB PRR1/DF/RB nº 34, de 29.04.15): fim do sistema paritário e simplificação das instâncias recursais
- OAB (18.05.15): vedação ao exercício de advocacia por parte dos conselheiros representantes dos contribuintes
- Criação de CPI no Senado Federal
- Ministério da Fazenda
 - Suspensão das atividades do CARF
 - Afastamento dos conselheiros sob suspeição
 - Grupo de Trabalho para propor mudanças no regimento do CARF (consulta pública)
 - Comissão de Ética
 - Decreto nº 8.441, de 29 de abril de 2015
 - remuneração máxima de R\$ 11.235,00 mensais (equivalente à de DAS-5)
 - restrições ao exercício da advocacia pelos conselheiros representantes dos contribuintes

PORQUE A ESTRUTURA DO CARF DEVE SER ALTERADA

- A distorção da paridade
 - A Constituição Federal garante a inafastabilidade da jurisdição
 - Derrota no CARF: todas as instâncias do Poder Judiciário para reverter a decisão
 - Vitória no CARF: decisão definitiva
 - Inaceitável desigualdade entre a Fazenda e o contribuinte, além de propiciar as práticas ilícitas detectadas na Operação Zelotes
 - Modelo japonês
- Histórico (fatos relevantes)
 - A estrutura atual do CARF foi estabelecida em 1927, pelo Decreto 5.157
 - O Brasil vivia sob a égide da Constituição de 1891
 - Economia rural
 - Ausência previsão concurso público para preenchimento dos cargos
 - A Constituição de 1988 exige que o lançamento tributário seja feito exclusivamente por servidores de carreira
 - Modelo único no mundo civilizado
 - Propostas de reestruturação já tinham sido anteriormente rejeitadas

O CAOS TRIBUTÁRIO A SERVIÇO DA CORRUPÇÃO

- Origem da Operação Zelotes: Operação Anfíbios (2004)
- Venda de Notas Técnicas sobre controvérsias tributárias (Fiat, Mc Donald's)
- Empresas de “consultoria” compostas por aposentados da Receita
- Nenhuma denúncia partiu de advogados que atuavam no CARF (Pacto de Silêncio)
- Sucessivas e pontuais alterações da legislação tributária: falta de sistematicidade e injustiça fiscal (ações dos “lobbies” no Congresso Nacional)
- Custo Brasil: formação de equipes numerosas para entender a legislação tributária e descobrir as brechas (elisão fiscal)

As novas regras dificultam o tráfico de influência?

- Parcialmente, pois as condições para a existência de conflito de interesses persistem
- Há contato permanente entre Conselheiros da Fazenda e representantes dos Contribuintes (realização de Seminários, estadia nos mesmos hotéis em Brasília, empresas de consultoria após a aposentadoria, troca de informações na elaboração dos votos)
- O fim da paridade ampliaria a esfera de responsabilidade dos servidores concursados e tornaria as decisões mais isentas

ASPECTOS REMUNERATÓRIOS

- O QUE LEVA EXPERIENTES ADVOGADOS A TRABALHAREM DE GRAÇA, DURANTE TRÊS ANOS
- A REMUNERAÇÃO DE R\$ 11 MIL REAIS (NA MELHOR DAS HIPÓTESES) É SUFICIENTE PARA INIBIR A CORRUPÇÃO?
- ADVOGADOS EM INÍCIO DE CARREIRA NÃO POSSUEM OS REQUISITOS PARA COMPOR O CARF
- REMUNERAÇÃO INDIRETA: CAPTAÇÃO DE CLIENTELA

UM CONVITE À CORRUPÇÃO

- Estrutura ineficiente, burocrática e pouco transparente
- Distribuição manual dos processos
- Site do CARF não fornecia acesso à informações relevantes
- Ausência de critério para a composição das turmas
- Mudança de conselheiros por decisão do Presidente
- Ausência de experiência em direito tributário
- Indicações políticas
- Conflito de interesses

Uma provocação, para concluir

- O CARF emulava o que há de pior na estrutura do Estado brasileiro. As diversas instâncias revisionais fazem com que o julgamento final de um recurso leve, em média, oito anos
- Uma grande oportunidade para alterar o atual modelo, comprovadamente ultrapassado e ineficiente
- O avanço somente será significativo se acompanhado de uma simplificação e racionalização da legislação tributária
- Deixar tudo como está, com apenas uma alteração. As decisões do CARF passam a ser revistas pelo Poder Judiciário.